

## Destaques desta edição:

- **Parcerias estratégicas: China firma projetos de cooperação energética com Rússia, Nigéria e Turcomenistão**
- **Política de filho único evitou 300 milhões de novos nascimentos**
- **EUA e China estabelecem diálogo estratégico sobre a América Latina**
- **Setor agrícola receberá US\$ 3,3 bilhões em novos subsídios**



**Dragonomics**  
Research & Advisory

Prezado Leitor,

A partir desta edição, Carta da China inaugura parceria com o grupo de pesquisa e consultoria **Dragonomics**, responsável pela publicação da revista **China Economic Quartely**. Carta da China reproduzirá artigos selecionados sobre diversos aspectos da economia, política e ambiente de negócios na China. Os artigos não refletem necessariamente a opinião do CEBC ou de seus membros, mas sua divulgação insere-se na proposta editorial da Carta da China de divulgar informação de qualidade sobre temas relevantes da conjuntura chinesa.

## China e Índia: desconstruindo mitos – Parte I<sup>1</sup>

*Arthur Kroeber<sup>2</sup>*

China e Índia são países com presença crescente nos mercados de exportação e recursos naturais, e não chega a causar surpresa a grande quantidade de tinta gasta nos últimos anos para analisar o impacto da “Chíndia”. Está em curso um debate incessante, e relativamente pobre, que critica a Índia por não crescer tão rapidamente quanto a China, e a China por não ser tão democrática quanto a Índia. Tais comentários têm contribuído muito pouco para o entendimento sobre esses países.

O mais intrigante sobre a relação entre os dois gigantes asiáticos é o pequeno interesse mútuo, entendimento ou interação entre ambos. Isso começa a mudar, ainda que mais lentamente do que se derretem as geleiras do Himalaia separando as duas civilizações. A impressão geral, reforçada em minha última visita à Índia, em janeiro, continua sendo a de dois gigantes movimentando-se em direções e velocidades distintas.

<sup>1</sup> As duas partes adicionais serão publicadas nas próximas edições da Carta da China.

<sup>2</sup> Editor-Chefe da *China Economic Quarterly*.

Este artigo procura ajudar o leitor a separar o joio do trigo em torno deste tópico. Três conclusões principais devem ser levadas em consideração:

- 1—Além do território vasto e de estarem na Ásia, China e Índia não possuem quase nada em comum do ponto de vista histórico, político, cultural ou econômico. Comparar o crescimento dos dois países faz pouco sentido, bem como ressaltar que a Índia deva imitar o modelo econômico chinês, ou que a China precise adotar o modelo político indiano.
- 2—Economicamente, a principal diferença entre os dois é que a China é um país abundante em capitais, ao passo que a Índia possui volume de capital restrito. A abundância de capital permitiu à China desenvolver estratégias capazes de gerar alto crescimento do PIB, mas com retorno financeiro relativamente baixo para os investidores. Na Índia, a restrição de capital não trouxe crescimento tão rápido, mas levou ao desenvolvimento de companhias excelentes. Nós acreditamos que a Índia continuará superando a China em termos do retorno aos investidores nos próximos anos, independentemente do desempenho econômico dos dois países.
- 3—Ao contrário do sudeste da Ásia e do restante do leste asiático, onde a China está formando uma cadeia integrada de fornecimento de manufaturas, a Índia não tem qualquer complementaridade econômica com a China. Slogans como “a China faz o *hardware* e a Índia faz o *software*” não têm substância. As relações comerciais entre os dois países serão orientadas pela competição nas manufaturas de baixo valor agregado e pelos investimentos indianos na China – os quais, assim como todos os outros investidores no país, serão motivados pelo desejo de reduzir custos e de se beneficiar de uma economia de escala e da vasta oferta de mão-de-obra qualificada.

A seguir, elucidamos estas idéias ao desconstruir os três mitos mais proeminentes sobre China e Índia.

### **Mito 1<sup>3</sup>: A ausência de democracia na China favoreceu o crescimento econômico; o crescimento da Índia tem sido retardado por conta do regime democrático.**

*Fato: O crescimento mais lento da Índia resulta de um viés elitista, e o crescimento intenso da China vem de um viés mais igualitário.*

Esse é um mito conveniente que se espalhou pelo resto do mundo ao oferecer uma explicação intuitiva e óbvia e ao negligenciar investigações profundas sobre forças históricas, econômicas e sociais que conspiraram para que fossem produzidos resultados materiais distintos nessas duas antigas sociedades.

É interessante notar que este mito se tornou quase universal na China e na Índia, uma vez que vai ao encontro dos interesses das elites governantes de ambos os países. Na China, o Partido Comunista impôs um contrato social implícito que suprime todos os direitos políticos em troca da promessa de um rápido crescimento econômico, e as taxas de crescimento econômico indianas servem de aviso sobre os perigos de muita democracia cedo demais. Esta visão tem sido aceita não só por funcionários do Partido, como também por muitos empresários das maiores cidades chinesas, que freqüentemente argumentam que a *luan* (desordem) da Índia e a lentidão econômica do país são evidências de que a China simplesmente não conseguirá ser um país democrático nos próximos 10 ou 20 anos.

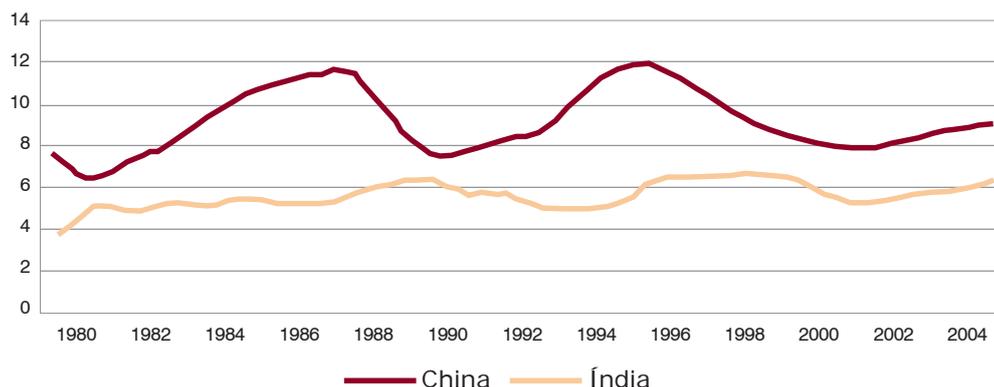
Já na Índia, uma elite pós-colonial que deseja, sobretudo, preservar seus privilégios acredita ser conveniente argumentar que a garantia de direitos democráticos e liberdade de expressão para os cidadãos lhes ausenta da responsabilidade de prover educação, água potável, estradas e linhas telefônicas.

---

<sup>3</sup> Os mitos 2 e 3 serão publicados nas edições 18 e 19 de Carta da China.

Figura 1

**Crescimento real médio do PIB entre 1980 e 2005**  
(média quinquenal em %)



Fonte: FMI

Figura 2

**Estrutura de demanda**  
(% do PIB a preços correntes)

	China		Índia	
	1990	2003	1990	2003
<b>Consumo privado</b>	49,9	46,8	65,8	63,8
<b>Consumo governamental</b>	12,1	10,9	11,6	11,3
<b>Formação bruta de capital</b>	35,2	40,0	24,1	26,1
<b>Exportações líquidas</b>	2,7	2,3	-1,5	-1,2

Fontes: Asian Development Bank, NBS e Dragonomics

Figura 3

**Estrutura de produção**  
(% do PIB a preços correntes)

	China		Índia	
	1990	2003	1990	2003
<b>Agricultura</b>	27,0	13,1	31,3	21,1
<b>Indústria</b>	41,6	46,2	27,6	27,2
<b>Serviço</b>	31,3	40,7	41,1	51,7

Fontes: Asian Development Bank, NBS e Dragonomics

Esta atitude enraizada persiste mesmo diante da suposta nova elite da moderna economia do conhecimento da Índia – uma elite que, como a antiga, é dominada pelos brâmanes e outras altas castas. Os brâmanes correspondem a 5% da população. No entanto, compõem mais de 70% da burocracia estatal e o posto de Primeiro-Ministro foi ocupado por líderes de descendência brãmene em 50 dos 59 anos de independência indiana.

Há poucos anos, fui a uma conferência em Bangalore que tratava da questão de como dar fim ao “fosso digital” existente entre os ricos detentores de tecnologia da informação e a grande massa de camponeses, que permanece excluída dos ganhos auferidos com a informatização. Em uma série de painéis, dos quais os participantes eram, quase sem exceção, brâmanes, foram discutidas soluções ingênuas para o problema. A maioria das propostas envolvia a utilização de computadores de baixo custo por indivíduos quase analfabetos. Após dois dias de discussão sem sentido, um representante do MIT<sup>4</sup> se irritou e disse que todos os programas apresentados deveriam ser jogados fora e seus recursos deveriam ser utilizados na construção de escolas e no pagamento de professores. Uma vez educados, os camponeses poderiam, sozinhos, tirar vantagens da tecnologia da informação, sem ajuda de ferramentas de segunda classe. Ninguém pareceu muito interessado na idéia.

<sup>4</sup> Massachusetts Institute of Technology

O elitismo indiano, que assume que a maioria dos cidadãos não tem realmente a necessidade de ler e, com isso, a tecnologia de primeira classe pode ficar reservada para aqueles que ocupam as primeiras classes dos trens, contrasta drasticamente com a abordagem chinesa, que é a de adquirir tecnologia de alto nível e torná-la a mais barata e largamente disponível possível. Obviamente, este comportamento distinto terá grande impacto nas taxas de crescimento da economia. A origem desta diferença está não no sistema político vigente, mas na história.

A estrutura tradicional de classes chinesa foi aniquilada pelas constantes guerras e desintegrações políticas entre 1840-1950 e, subsequentemente, pela era comunista. O evento político crucial foi a humilhação dos chineses pelos ocidentais durante as Guerras do Ópio e a questão central para o governo desde então tem sido como dar fim à lacuna econômica e tecnológica entre a China e os países ocidentais. O grande impulso econômico dos últimos 25 anos pode ser entendido como a reconstrução de uma sociedade (no sentido físico e social) após guerras catastróficas, análogo ao “milagre” alemão e à ascensão japonesa após a Segunda Guerra Mundial. A história política da Índia a partir do século XIX foi dominada pela luta de uma elite indiana emergente contra o controle do país pela elite colonial britânica. Nenhum dos dois séculos de domínio colonial, nem as lutas pela independência, romperam com a ordem social tradicional. E tampouco os grupos rivais da elite indiana viram a maximização do crescimento econômico do país como parte de seus interesses imediatos.

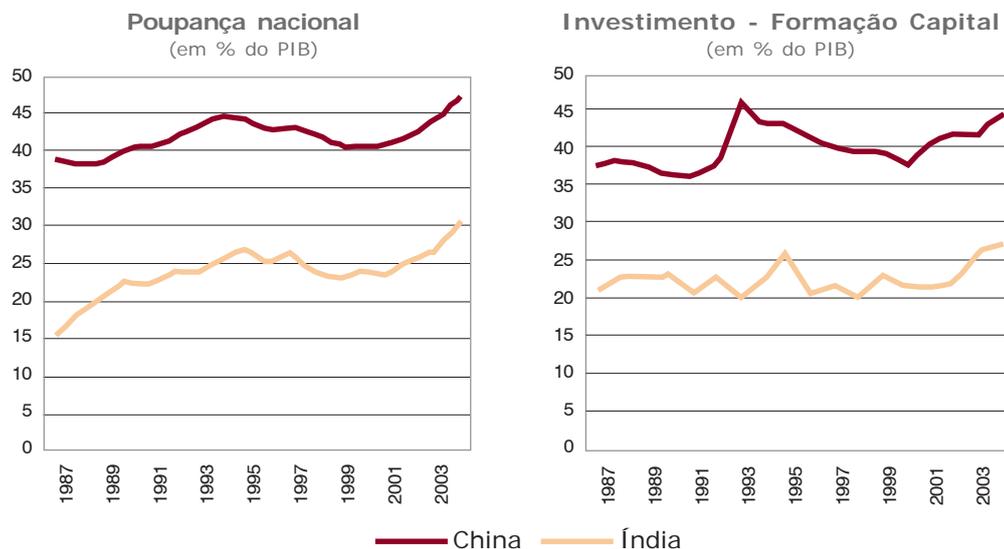
Desta forma, se alguém procura uma explicação sociológica simplista para as taxas de crescimento de China e Índia, a resposta mais óbvia não será o sistema político, e sim os diferentes níveis de estratificação social. Em uma sociedade relativamente não estratificada como a chinesa, há concordância generalizada sobre o significado de *xiaokang shehui* (sociedade moderadamente bem sucedida). Já na Índia não há consenso sobre qual deve ser o padrão decente de vida para todos os cidadãos: indianos das classes abastadas estão perfeitamente satisfeitos com a existência de classes que vivem em condições degradantes.

**Indicadores indianos também seriam pouco eficientes** – Nada disto está relacionado à existência ou ausência de democracia. O Partido do Congresso de Jawaharlal Nehru gozou do monopólio do poder pelos 30 anos que se seguiram à independência. Nehru, primeiro-ministro durante os 17 primeiros anos após a independência, foi praticamente autoridade absoluta. Ele poderia ter se transformado facilmente em ditador se assim desejasse, e sua filha, Indira Gandhi, de fato esforçou-se para que isso acontecesse de 1975 a 1977. Caso a Índia tivesse optado pelo caminho do autoritarismo, os resultados apresentados não seriam, de qualquer forma, as mesmas taxas de crescimento econômico observadas na China, e sim uma combinação de instabilidade político-econômica crônica, como a demonstrada por filipinos e latino-americanos. Esta foi precisamente a alternativa escolhida pelo Paquistão.

De forma oposta, caso tivesse ocorrido a democratização da China em 1989, o que pareceu possível por um breve instante, certamente o país continuaria apresentando uma taxa de crescimento superior à da Índia. Há uma razão econômica clara para a existência da disparidade de crescimento entre China e Índia: a taxa de poupança. O crescimento astronômico chinês durante a fase de reformas foi possível graças à taxa nacional de poupança que superava os 40% do PIB. Esta abundância de capital permitiu grandes investimentos em manufaturas (intensivas em capital e mão-de-obra) e a construção de uma infra-estrutura de apoio. Criou-se também um círculo virtuoso: conforme os benefícios dos grandes investimentos se tornavam evidentes, o governo era encorajado a aprimorar o ambiente de investimentos.

As taxas de poupança da Índia até pouco tempo atrás eram cerca de metade da taxa chinesa, dificultando investimentos suficientes para gerar crescimento econômico. Com crescimento lento, ambiente de capital escasso e políticas econômicas voltadas para a proteção dos detentores de capital, não havia nenhum incentivo a políticas amigáveis de investimento. Como resultado, as taxas de investimento da Índia permaneceram estáticas, mesmo com o aumento da taxa de poupança de 15% para 25% entre meados da década de 80 e 2004.

Figura 4



Fontes: Asian Development Bank, NBS e Dragonomics

As raízes de tal discrepância são complexas, mas uma grande contribuição foi a política agrícola. As taxas de poupança das famílias chinesas permaneceram baixas durante a era Maoísta, mas aumentaram em função das reformas agrícolas ocorridas no início da década de 80, as quais deram aos camponeses o direito de uso das terras e de vender, a preços de mercado, o que fosse produzido além das quotas estipuladas. O crescimento da China nos anos 80 é fruto da transformação desse novo excedente agrícola em investimentos em infra-estrutura e manufaturas (na década de 90, famílias urbanas tornaram-se os maiores poupadores, enquanto o rendimento rural permaneceu estagnado). Enquanto isso, muitas regiões da Índia permaneceram quase feudais e mantiveram estrutura agrária dominada por latifundiários.

Figura 5

**Safra das principais *commodities* agrícolas**  
(100kg por hectare)

Produtos	China		Índia	
	1990	2005	1990	2005
Arroz	41	63	20	30
Trigo	19	42	14	27
Cana-de-açúcar	541	652	494	620
Semente de algodão	17	32	5	8
Vegetais	145	193	83	113

Fonte: FAO

Como ilustra a figura 5, o aumento da produtividade agrícola está diretamente relacionado à facilitação do acesso à propriedade. Durante a década de 80, a produção de *commodities* agrícolas permaneceu, na maior parte dos casos, mais lucrativa na China do que na Índia. Desde então essa diferença acentuou-se, e os lucros indianos em 2005 foram, em geral, mais baixos que os apresentados pelos chineses, mesmo 25 anos depois. Ainda são necessárias novas reformas agrárias e maior conexão entre os mercados rural e urbano para que a produtividade da Índia, bem como sua capacidade de poupar, sejam impulsionadas<sup>5</sup>.

\* Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory ([www.dragonomics.net](http://www.dragonomics.net)) publicado em 21.02.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem qualquer alteração ao conteúdo original.

Na próxima edição, o segundo mito: as taxas de crescimento futuras da Índia ultrapassarão as chinesas devido às vantagens da democracia e do Estado de direito.

<sup>5</sup> Este relacionamento entre agricultura e crescimento na China e na Índia foi apontado por Joe Studwell, parceiro na Dragonomics, em artigo para a Economist Intelligence Unit há onze anos. *Plus ça change ...*

## Demografia

### **Política de filho único evitou 300 milhões de novos nascimentos**

Não fosse a política chinesa de filho único, introduzida em 1979, a China teria registrado 300 milhões de nascimentos a mais nos últimos 26 anos, quantidade praticamente equivalente a uma América do Sul hoje. O controle populacional garantiu alívio aos escassos recursos naturais chineses, mas distorceu a estrutura demográfica do país: em 2005, a razão entre homens e mulheres era de 106,5 (mulheres=100), e a população entrou em um processo de envelhecimento acelerado.

Essas são as principais conclusões de um amplo estudo demográfico produzido pelo Escritório Nacional de Estatísticas da China (NBS, na sigla em inglês), segundo o qual a população chinesa no final de 2005 era de 1,307 bilhão, com crescimento anual de 0,63% nos últimos cinco anos. Aprovado na última reunião do Congresso Nacional do Povo, o 11º Programa Quinquenal projetou população de 1,36 bilhão para 2010, o que assume a continuação da política populacional.

**Idosos** – Segundo projeções de agências de pesquisas governamentais, a taxa de envelhecimento populacional na China na próxima década será maior do que a registrada por qualquer outro país na história. Em 2020, a população idosa deve chegar a 17,17% do total, ou 248 milhões. Em 2050, esse número chegaria a 400 milhões, aproximadamente 30% da população. O pico da população idosa seria em 2051, quando os idosos alcançariam 437 milhões, para então se estabilizar entre 300 e 400 milhões, ou 31% da população total.

Nesse panorama, a razão entre a população economicamente ativa e os aposentados cairia de 6 para 2 em 2040. Ou seja, para cada aposentado haverá apenas dois contribuintes para a previdência. Na zona urbana, o fenômeno foi apelidado de “4-2-1”: no futuro, quatro avós e dois filhos seriam sustentados por apenas um neto.

**Problemas no campo** – Além das mudanças demográficas, o aumento da migração interna da população economicamente ativa em direção às cidades deve afetar negativamente a oferta de mão-de-obra no campo. Em 2004, o número de trabalhadores que emigrou de suas regiões de origem foi o dobro do registrado em 1999, sendo que 40% encontraram trabalho fora de suas províncias, mais comumente na região costeira. Entre 2004 e 2005, as províncias costeiras registraram crescimento populacional maior do que as demais províncias chinesas: 2,14% em Pequim, 1,63% em Xangai e 1,23% em Guangdong. Em 2005, 43% da população mantinham moradia em zonas urbanas, número 6,7 pontos percentuais a mais do que o obtido no censo de 2000.

A previsão do 11º Programa Quinquenal é de que dois terços da população chinesa viverão nas cidades em 2020. Teme-se que a migração para áreas urbanas deteriore a situação dos idosos residentes nas áreas rurais, já que a população jovem será majoritária no fluxo de migrantes para as cidades.

## Energia

### **China e Turcomenistão assinam acordo para fornecimento de gás**

Em visita à China, o presidente do Turcomenistão, Saparmurad Niyazov, assinou com o presidente Hu Jintao acordo energético que prevê o envio anual de 30 bilhões de metros cúbicos de gás turcomeno para o mercado chinês a partir de 2009. O documento também inclui a exploração e o desenvolvimento conjunto de reservas no leste do Turcomenistão.

O objetivo do governo turcomeno com o acordo é garantir maior controle sobre os preços de venda de sua produção ao abrir uma alternativa de exportação que não envolva a Rússia. Para a China, o acordo é mais uma forma de garantir novos fornecedores de um insumo estratégico para sua expansão econômica.

Analistas do setor de energia acreditam, no entanto, ser pouco provável que o acordo entre em vigor na data estipulada. Além de envolver a comercialização

de gás em reservas ainda não exploradas, o volume produzido pelo Turcomenistão não apresentou aumento significativo nos últimos anos. Além de atender à demanda interna, o país já tem contratos de exportação assinados com Ucrânia e Rússia. Também não há garantias de que suas reservas sejam capazes de atender às crescentes necessidades da China.

A questão do transporte é outra dificuldade para a implementação do acordo. A distância mais curta entre os campos de exploração de Amu Darya e o leste chinês é de mais de 2 mil quilômetros de terreno acidentado. E a alternativa de construção de um gasoduto que atravesse o Uzbequistão e o Quirguistão, além de aumentar os custos do projeto, exigiria longas negociações com os governos locais.

Os documentos assinados entre os governos de China e Turcomenistão têm objetivos estratégicos mais evidentes do que seus benefícios de curto prazo. Trata-se de mais uma incursão chinesa na Ásia Central e de um instrumento para o fortalecimento da posição dos dois países frente às negociações do preço de gás com a Rússia. O governo chinês tem buscado novos parceiros energéticos na região central da Ásia, com destaque para os acordos firmados com o Cazaquistão em 2005, que envolveram a construção de oleoduto e a aquisição de fatia de empresa petrolífera do país, a Petrokazakhstan. Para o Turcomenistão, a parceria com os chineses, além de lhes garantir alguma flexibilidade na definição dos preços de venda do gás, pode resultar em outras parcerias potenciais, como Afeganistão e Paquistão, em função das complexidades geográficas do fornecimento de gás da Ásia Central à China.

#### Energia II

### **Cooperação energética mais ampla entre russos e chineses permanece incerta**

A visita de três dias do presidente russo Vladimir Putin à China, realizada no final de abril, demonstrou que, ao contrário da crescente aproximação nos âmbitos político e comercial, a cooperação no setor energético tem futuro incerto.

O comércio bilateral vem apresentando crescimento anual acima de 30% nos últimos anos e, em 2005, movimentou US\$ 29,5 bilhões. Em sua passagem por Pequim, Putin mostrou-se preocupado com os resultados das exportações de máquinas para a China, setor que registrou queda de 37% em 2005 em comparação ao ano anterior. Já as importações chinesas de minérios e derivados de petróleo da Rússia cresceram 57% no mesmo período.

Os presidentes assinaram 15 acordos de cooperação comercial, dos quais quatro tratam de energia. As estatais petrolíferas China National Petroleum Corporation e Rosneft comprometeram-se a formar uma *joint-venture*. Dada a crescente estatização das empresas petrolíferas russas, o acordo foi uma espécie de concessão do governo russo, que tem impedido aquisições chinesas no setor.

A fim de atender à crescente demanda chinesa por petróleo e derivados, também foi assinado acordo com a transportadora russa Transneft. O mais importante dos documentos prevê a construção de uma rede de gasodutos pela Gazprom, estatal russa que detém o monopólio da comercialização de gás. O projeto, com custo previsto de US\$ 10 bilhões, deve dobrar o envio de gás siberiano à China nos próximos anos.

Apesar da assinatura dos acordos, há grande insegurança quanto a seu cumprimento. Em 2003, o governo russo desistiu da construção do oleoduto que levaria petróleo de reservas siberianas até a cidade chinesa de Daqing, na província fronteiriça de Heilongjiang. Após proposta mais atrativa feita pelos japoneses, os russos anunciaram que poderão redefinir a rota, exportando gás para o Japão.

A demora do governo russo para decidir a rota do gasoduto vai além da perspectiva de mercado mais atraente oferecida pelos japoneses. Os russos temem que, com o aumento significativo de suas exportações para a China, sua economia se torne vulnerável e excessivamente dependente da demanda chinesa.

Apenas 3% do petróleo russo têm como destino final os mercados da Ásia e do Pacífico. A parcela exportada para a China corresponde a 9,2% da demanda nacional chinesa e a 5% das importações totais do produto. Os chineses têm como maiores fornecedores os países do Oriente Médio, responsáveis por cerca de 40% de suas importações de petróleo.

#### Relações bilaterais

### **EUA e China discutem segurança e comércio em visita presidencial**

A visita do presidente chinês Hu Jintao aos Estados Unidos, no final de abril, foi uma tentativa de os dois países amenizarem, pela via diplomática, as tensões comerciais resultantes do crescente déficit comercial dos EUA com a China. Em 2001, ano de sua eleição, George W. Bush caracterizou a China como um “concorrente estratégico” dos EUA. Os atentados de 11 de setembro de 2001 e a conseqüente redefinição de prioridades em política externa norte-americana implicaram uma era de relativa tranquilidade nas relações sino-americanas. Entretanto, o desequilíbrio das relações comerciais abriu espaço para nova fase conturbada. Desde 2004, o déficit comercial (US\$ 162 bilhões em 2004 e US\$ 202 bilhões em 2005) tem sido creditado pelos norte-americanos às práticas comerciais desleais chinesas, especialmente controle cambial e desrespeito à propriedade intelectual.

Esta foi a primeira vez em que o presidente Hu realizou uma visita diplomática aos EUA desde que foi apontado líder do partido e do governo, em 2003. O encontro, na visão dos chineses, teve importância para a afirmação de Hu como homem forte da China. Em 2007, antes da próxima assembléia do Congresso Nacional do Partido Comunista, o presidente chinês precisa demonstrar influência interna e externa para posicionar seus aliados em cargos estratégicos.

A preparação anterior à visita foi intensa. Cientes das demandas que o presidente Bush apresentaria, os chineses planejaram medidas para aliviar as tensões comerciais. Além do fim do banimento à carne bovina norte-americana, a China emitiu documentos oficiais com a promessa de respeito à propriedade intelectual e à regulamentação internacional de compras governamentais. Antecipando-se às críticas ao superávit comercial chinês, uma comitiva de empresários e membros do governo viajou pelos EUA previamente à visita presidencial, a fim de fechar negócios próximos a US\$ 15 bilhões.

A primeira parada de Hu foi na cidade de Seattle, na costa oeste dos EUA. O presidente chinês conheceu as instalações da Boeing e da Microsoft. A visita à fábrica da Boeing serviu para celebrar a compra prévia de 80 aeronaves, no valor total de US\$ 4,6 bilhões. Hu afirmou que a China pretende comprar 2 mil aviões nos próximos 15 anos. O objetivo foi mostrar como as empresas americanas têm lucrado na China. Na Microsoft, Hu fez discurso sobre os esforços chineses para preservar a propriedade intelectual.

Ao chegar a Washington, embora tenha tomado o protocolo da visita como oficial, o presidente chinês participou apenas de um almoço na Casa Branca. E essa é uma diferença importante, uma vez que a diplomacia chinesa tratou a visita, nas fases de planejamento e execução, como sendo de Estado. Já o governo norte-americano preferiu categorizá-la em patamar simbolicamente inferior, como visita meramente oficial. O aparente descaso americano pareceu calculado para constranger Hu junto à opinião pública internacional e, em particular, ao partido comunista chinês.

Não faltaram exemplos da diferença entre as expectativas chinesas e o tratamento real dispensado pela diplomacia norte-americana. O tradicional jantar na residência presidencial norte-americana para autoridades estrangeiras em visita oficial não foi oferecido. Em sua entrevista na Casa Branca, Hu foi interrompido por uma ativista da seita Falun Gong, que fez discurso relativamente longo antes de ser detida por agentes de segurança.

Da mesma forma, houve várias críticas públicas, com Hu Jintao presente, às políticas comercial e cambial chinesas. Em resposta aos pedidos de valorização da moeda chinesa feitos no discurso de Bush, Hu afirmou que a China tem estimulado o consumo doméstico como fator para estabilização do acelerado crescimento chinês.

No âmbito da política internacional, a China não correspondeu aos anseios norte-americanos de apoio ao rastreamento das ambições nucleares do Irã e da Coreia do Norte. Hu reafirmou que defende a negociação com o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad por vias diplomáticas e pacíficas. Em relação à Coreia do Norte, a China manifestou seu desejo de que os EUA se mostrassem mais flexíveis nas negociações sobre o programa nuclear norte-coreano. Mas, assim como nas questões comerciais, as discussões de política internacional terminaram sem avanços substantivos.

#### Política Internacional

### **EUA e China estabelecem diálogo estratégico sobre a América Latina**

A busca de atendimento à crescente demanda chinesa por recursos naturais e o fortalecimento das relações diplomáticas com os países da América Latina têm sido motivo de preocupação para o governo dos Estados Unidos. A inquietação com a perda relativa de influência na região levou à realização do primeiro encontro consultivo entre os governos da China e dos Estados Unidos para tratar de suas relações e interesses com países da América Latina.

O encontro, realizado entre 12 e 15 de abril em Pequim, foi o primeiro entre Estados Unidos e China para a discussão de uma região de interesse mútuo. Thomas Shannon, secretário assistente do Departamento de Estado para assuntos latino-americanos, foi à China a convite de Zeng Gang, diretor para assuntos da América Latina no Ministério das Relações Exteriores chinês. Na visita, Shannon encontrou-se também com o vice-ministro das relações exteriores, Dai Bingguo. O objetivo declarado da visita foi aprimorar o entendimento da política externa dos dois países para a América Latina e o estabelecimento de comunicação estratégica mútua. O secretário Shannon chegou à China após ter visitado o Japão e a Coreia do Sul, onde tratou dos mesmos temas.

A China tem procurado aproximar-se rapidamente da América Latina, sobretudo à medida que a concentração da política externa norte-americana em temas relacionados à segurança e ao combate ao terrorismo diminui significativamente a prioridade dispensada por Washington à região. Ademais, a ascensão de novas lideranças políticas na América Latina tem ocorrido em meio a uma busca de reforço dos laços com Pequim, uma vez que a China é percebida por vários governos da região como um contrapeso à hegemonia norte-americana. Por essa mesma razão, a embaixada dos Estados Unidos em Pequim mantém em seus quadros, desde meados de 2004, um funcionário exclusivamente dedicado ao acompanhamento das relações entre China e América Latina.

O fluxo comercial entre a China e os países latino-americanos dobrou desde 2000 e permanece em expansão. Em novembro de 2005, o governo chinês assinou com o Chile um acordo de livre comércio, o primeiro da China com um país do continente. Com a Venezuela, são comuns as declarações de desenvolvimento de uma parceria estratégica para fornecimento de petróleo à China. Na Bolívia, há alegações de que a China estaria oferecendo apoio financeiro para treinamento militar, após o desmantelamento de programas norte-americanos de apoio à região. Apesar do crescimento registrado no comércio, as relações comerciais entre chineses e latino-americanos ainda são significativamente inferiores aos resultados apresentados pelo comércio entre os Estados Unidos e países latinos.

Nas referências de funcionários do governo norte-americano à América Latina, a região cada vez mais aparece em um contexto de contraposição ao crescimento da presença da China, real ou percebida. Isto é, as referências à região não aparecem em contexto necessariamente positivo de uma visão estratégica de engajamento, mas, sobretudo, em contraste à presença crescente de chineses nos países latino-americanos. Embora as promessas recentes de investimentos chineses não tenham sido materializadas, é comum a avaliação, em Washington, de que a América Latina estaria desenvolvendo vínculos estratégicos com a China em detrimento das relações mais tradicionais com os Estados Unidos.

Recentemente, por exemplo, a China participou de operações de paz no Haiti, o que encontrou resistências por parte da administração norte-americana. Além disso, fontes militares dos Estados Unidos afirmam que o governo chinês oferece treinamento militar regular a Equador, Bolívia e Chile, além de ajuda financeira aos exércitos de Jamaica e Venezuela. Após sua visita, contudo, Shannon anunciou que o envolvimento militar chinês na América Latina ainda é incipiente se comparado ao norte-americano.

Apesar dos interesses similares na região, o encontro refletiu o reconhecimento da necessidade de aprimoramento das relações entre China e Estados Unidos, a fim de evitar prejuízos aos dois países. Ao final do encontro, chineses e norte-americanos firmaram compromisso de se encontrarem anualmente para a discussão de temas relacionados à América Latina, um importante passo para maior cooperação bilateral.

#### Gás

### **Em crise com a Bolívia, Brasil antecipa construção do Gasene com estatal chinesa**

A Petrobras autorizou a estatal chinesa Sinopec a antecipar o processo de licitação para a construção do último trecho do projeto Gasene (Gasoduto de Interligação Sudeste–Nordeste). A medida busca amenizar os possíveis impactos da nacionalização das reservas de gás e petróleo da Bolívia, bem como reduzir a dependência brasileira de recursos energéticos estrangeiros.

A licitação refere-se ao trecho de 765 km entre os municípios de Cacimbas, no Espírito Santo, e Catu, na Bahia, e é a maior e mais importante parte do Gasene. O custo estimado da obra é de US\$ 1 bilhão, segundo comunicado da Petrobras.

A construção do Gasene havia sido interrompida em 2005 por conta de desentendimentos sobre custos entre a estatal brasileira, a Sinopec e fornecedores. Em abril, a Petrobras e a Sinopec assinaram contrato para a construção da primeira parte do projeto, referente ao trecho de 300 km que se estende de Cabiúnas, no Rio de Janeiro, a Vitória, no Espírito Santo. A obra, no valor de US\$ 239 milhões, durará 15 meses e prevê o transporte diário de 20 milhões de metros cúbicos de gás natural.

O Gasene tem como objetivo aumentar a oferta e facilitar o transporte de gás natural no país. Cerca de 1.200 km de gasodutos serão construídos para interligar o mercado consumidor do nordeste e sudeste do Brasil à produção brasileira de gás natural, que deverá ter início em 2008.

Bens de consumo

### **Brasil será plataforma de exportação da Gree**

A Gree, maior fabricante chinesa de aparelhos de ar-condicionado, anunciou que vai utilizar sua filial no Brasil para exportar para a América Latina. Instalada em Manaus desde 2001, a empresa pretende exportar metade de sua produção brasileira para Argentina, Venezuela e Chile. Mesmo com o dólar valorizado, o Brasil é considerado uma porta de entrada para o mercado latino-americano, conforme afirmou para o jornal *Valor Econômico* o diretor-geral da Gree no Brasil, Yue Haiping. A medida visa a evitar que as importações originárias da China sejam barradas por eventuais medidas *antidumping*.

Têxteis

### **Quotas provocam antecipação das importações**

Importadores brasileiros de têxteis intensificaram a compra de produtos chineses a fim de escapar das quotas de importação que entraram em vigor em 03 de abril. As compras de veludo sofreram aumento de 168% nos meses de janeiro e fevereiro em comparação com o mesmo período do ano anterior. O valor ultrapassa em 180 toneladas a cota anual acertada com os chineses para 2006.

As importações de bordados também cresceram e equivalem à metade do valor acertado para o ano. No caso de suéteres, registrou-se aumento de 131% nas importações durante o primeiro bimestre de 2006, o correspondente a 30% da cota anual estabelecida. Já as importações de sobretudos, tecidos sintéticos, fios de poliéster texturizado e camisas de malha avançaram em ritmo mais lento e equivalem entre 10% e 20% do limite acordado. O acordo têxtil firmado entre Brasil e China em março de 2006 estabelece restrições a oito grupos de produtos têxteis até 2008.

Automóveis

### **Governo adota medidas contra superaquecimento do setor automotivo**

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) revogará licenças de produção de cerca de 100 indústrias automobilísticas chinesas. A medida, que atingirá majoritariamente fábricas com capacidade produtiva reduzida, visa a evitar o superaquecimento do setor.

Empresários afirmam que a decisão terá pouco efeito imediato no mercado, uma vez que as empresas atingidas são de pequeno porte e não realizam operações comerciais significativas. Na prática, a decisão da NDRC busca também evitar a concessão de licenças a novos produtores.

Em 2005, a China aumentou sua produção de automóveis em 12,6% em comparação ao ano anterior e produziu 5,7 milhões de unidades, cerca de 2 milhões de veículos a mais do que o demandado por seu mercado interno.

Automóveis II

### **Volvo prepara-se para produzir carros de luxo na China**

A Volvo iniciará a produção de veículos de luxo na China a fim de tornar-se mais competitiva no mercado chinês, conforme publicado pela *Financial Times*. O primeiro modelo, o S40 sport sedan, começará a ser produzido a partir de julho de 2006 em parceria com a Chang'an Ford. A Volvo pretende produzir inicialmente 10 mil unidades por ano e adquirir de fornecedores locais metade das autopeças necessárias para a fabricação dos veículos.

Nos próximos meses, outros modelos da empresa também começarão a ser produzidos em solo chinês, incluindo o C70 conversível, previsto para o final de 2006. As vendas da Volvo no país cresceram 84% em 2005.

## Agricultura

### Setor agrícola receberá novos subsídios

O governo chinês anunciou que dobrará os subsídios aos produtores de grãos a fim de estimular a produção em 2006. A medida prevê alocação de US\$ 3,3 bilhões para amenizar os efeitos do aumento dos preços de insumos no país. A produção chinesa de grãos tem crescido em ritmo insuficiente para atender à demanda. Em 2005, a China registrou aumento de 3,2% em sua colheita de grãos, ao passo que no ano anterior a expansão havia sido de 9%. O ritmo insuficiente de expansão da produção, que favorece países exportadores do produto, como Brasil e Estados Unidos, é reflexo da alta dos preços de fertilizantes, pesticidas e diesel, bem como da crescente urbanização do país.

## Energia I

### China adquire licenças para explorar petróleo na Nigéria

A estatal *China National Petroleum Corporation* obteve direitos especiais de exploração de quatro reservas petrolíferas na Nigéria. Como parte do acordo, assinado durante visita oficial do presidente chinês Hu Jintao ao país, a China adquirirá parte de uma refinaria estatal nigeriana e investirá US\$ 4 bilhões em projetos de infra-estrutura na Nigéria, que incluem a construção de ferrovias e de estações de geração de energia elétrica.

Esse não é o primeiro acordo firmado entre os dois países no setor. Em 2004, a Nigéria recebeu US\$ 800 milhões dos chineses para iniciar o fornecimento de 30 mil barris de petróleo por dia à PetroChina. O país é o maior produtor de petróleo da África, e suas reservas são majoritariamente controladas por *joint-ventures* em parceria com multinacionais norte-americanas e européias do setor.

## Energia II

### Moçambique receberá US\$ 2,3 bilhões em empréstimos chineses

O Eximbank chinês financiará a construção de uma hidrelétrica em Moçambique avaliada em US\$ 2,3 bilhões. A usina, com previsão de entrada em funcionamento em 2010, busca garantir futuras explorações chinesas de recursos naturais no país. Essa não é a primeira vez que o Eximbank chinês realiza grandes investimentos em infra-estrutura na África. Em 2005, o banco emprestou US\$ 3 bilhões ao governo de Angola, US\$ 1 bilhão a mais do que no ano anterior, para a reconstrução do país, arrasado por conflitos internos.

## Sistema financeiro

### Empresas voltam a captar recursos via mercado de ações

Após um ano de suspensão, as empresas chinesas com ações negociadas em bolsa voltaram a ter permissão para vender seus papéis e captar recursos via mercado de capitais. A venda fora interrompida em maio de 2005, com o objetivo de evitar oferta excessiva de ações e eventuais quedas no preço dos papéis. A Comissão Regulatória de Recursos Mobiliários (CSRC, na sigla em inglês) estabeleceu 34 critérios necessários para que a compra e a venda de papéis voltem a ocorrer, entre eles a obtenção de lucro por, pelo menos, três anos consecutivos, e o pagamento de dividendos aos acionistas equivalentes a 20% do lucro registrado. As ofertas públicas iniciais, que são operações de abertura de capital por empresas estatais, ainda não foram liberadas.

## IED

### Investimento japonês na China bate recorde em 2005

Os investimentos de empresas japonesas na China alcançaram recorde de US\$ 6,5 bilhões em 2005, aumento de 19,8% em termos anuais, consolidando a posição do Japão como principal investidor no país asiático. O crescimento foi impulsionado pelos setores automotivo e de eletrônicos, segundo dados da

Organização de Comércio Exterior do Japão (Jetro, na sigla em inglês). O total de investimento estrangeiro direto (IED) para a China em 2005 foi de aproximadamente US\$ 60 bilhões.

Segundo Koji Sako, diretor-assistente da Jetro para a China, “a relação econômica entre Japão e China é agora suficientemente robusta para superar ocasionais atritos políticos”. De acordo com Sako, o fluxo de IED deve continuar a crescer em 2006 em função dos investimentos crescentes nos setores bancário e de serviços. No primeiro trimestre de 2006, o Japão continuou liderando o ranking dos principais investidores na China, com US\$ 1,23 bilhão. A Coréia do Sul veio a seguir, com US\$ 1,21 bilhão, seguida por Alemanha (US\$ 776 milhões) e Estados Unidos (US\$ 612 milhões).

### **Carta da China**

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

### **Editores**

Renato Amorim  
Isabela Nogueira

Estagiárias: Marla Naumann, Patrícia Siniscalchi e Zaira Lanna

### **Projeto gráfico**

Casa do Cliente Comunicação 360° – [www.casadocliente.com.br](http://www.casadocliente.com.br)

### **Atendimento ao leitor**

[cebc@cebc.org.br](mailto:cebc@cebc.org.br)